

É um termo com origens históricas e que se adapta a diferentes contextos, como o agrícola, o físico e o intelectual, sendo também amplamente utilizado no contexto das ciências sociais, especialmente na Antropologia, para definir as características e costumes de determinados grupos.

O termo “cultura” tem origem latina em *cultura*, surgindo no século XIII para designar uma parcela de terra cultivada. No século XVI representa a acção de cultivar e a partir de meados adquire um significado abstracto para designar o aperfeiçoamento de uma competência, capacidade ou vertente intelectual, mas só no século XVIII é que se assume a sua utilização corrente com esse significado. Utilizou-se para definir nichos de conhecimento como a “cultura das Artes” ou a “cultura das Ciências”, por exemplo.

É com os iluministas que o termo é determinado como um traço distintivo da espécie humana, invocando a noção de progresso individual. Isto leva a que se associe ao termo “civilização”, intimamente associada aos progressos colectivos. Ao associarem-se projectam a civilização como um processo de melhoramento das instituições, legislação e educação. Graças a esta interligação o homem passa a ser o sujeito da História, que por sua vez, é o registo dos fenómenos humanos na longa duração enquanto parte de um processo de evolução e desenvolvimento colectivo que resulta na formação das civilizações, substituindo “Deus” nesse papel.

Assim, surge a ideia da possibilidade de uma “ciência do homem”. A expressão é usada pela primeira vez por Diderot em 1755, no artigo “Enciclopédia”, da Enciclopédia, e, em 1787, Alexandre de Chavannes, cria o termo “etnologia”, que define como a disciplina que estuda a “história dos progressos dos povos a caminho da civilização”.

No século XIX sucede um debate franco-alemão sobre a antítese entre o significado e representação da cultura e de civilização. O debate tem origem nas duas classes sociais dominantes em ambas as nações: a burguesia, que se tornava cada vez mais elevada, e a aristocracia, que não reconhecia o mérito da anterior. Neste ponto, o termo adopta diferentes contornos e utilizações estando dependente dos sistemas de valores, o que facilmente nos leva à ideia de que cada povo é diferente, e no que toca à Alemanha do século XX, à noção de que existem povos superiores e inferiores, colocando o termo “cultura” muito próximo dos ideais nacionalistas. Os alemães foram particularistas na sua definição.

Quanto à França, o termo “cultura” diferencia-se do conceito alemão, estando marcado pela

ideia de unidade do género humano, por uma definição universalista.

O estudo da cultura no âmbito das ciências sociais tem nuances. Todas as culturas são desiguais e não existem independentemente das relações sociais, que são sempre relações inigualitárias. Esta perspectiva resulta numa hierarquização das sociedades e seus costumes por parte dos investigadores, que as organizam em culturas dominantes e culturas dominadas. Isto não significa que as dominadas não tenham a sua própria dinâmica e não possam ser analisadas isoladamente.

Relativamente aos grupos dominados, pode evocar-se a questão da “cultura popular”, uma categoria cultural heterogénea e geralmente associada a uma mentalidade e intelecto com menor oportunidade de aperfeiçoamento. É uma realidade discutível pois minimiza a capacidade criativa que os grupos dominados detêm para se distanciar e afirmar autonomamente dos grupos dominantes, um acto essencial para fomentar a coesão e o equilíbrio.

Se falamos de grupos dominantes, falamos das “culturas de massas”, que conheceu ampla projecção a partir da década de 60 do século XX, por se relacionar com o consumo, com as produções industriais em massa e com a difusão das ideias e da informação através dos *mass media*. Contudo, ainda que alcance proporções globais, não desemboca necessariamente numa cultura mundial. A humanidade irá sempre produzir elementos diferenciadores culturais entre grupos.

Para esta discussão concorre ainda o conceito de “cultura de classe”. Claude e Christiane Grignon demonstraram que a cada classe social corresponde um determinado sistema de valores, costumes e crenças, e que estas moldam comportamentos, até em questões comuns como a alimentação e a forma de preparar alimentos. A importância deste conceito reside numa maior precisão do que aquela relativa ao conceito de cultura dominante, e maior capacidade de adaptação aos diferentes meios do que o conceito de cultura de massas, no qual a capacidade criativa do ser humano não é tida em consideração.

Cuche D. (2004) – *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. 2ª edição. Lisboa: Fim de Século. pp. 29-38 e 113-124

Imagem (rodro) gratuita em Pixabay